# O que é Peculato? Guia para Entender o Crime

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 17/09/2025



**O crime de peculato ocorre quando um funcionário público se apropria, desvia ou utiliza indevidamente bens ou valores públicos sob sua responsabilidade, sendo punido com reclusão e multa conforme previsto no Código Penal brasileiro.**

Você sabe exatamente o que é o crime de **peculato**? Talvez já tenha ouvido falar, mas entender as nuances desse tipo de crime pode ajudar a evitar confusões. Vamos descobrir juntos o que caracteriza o peculato e por que ele é tão relevante no direito penal brasileiro.

## Definição e características principais do peculato

O **peculato** é um crime previsto no Código Penal brasileiro que ocorre quando um funcionário público apropria-se de valores, bens ou qualquer coisa que tenha recebido em razão do cargo, causando prejuízo à administração pública.

É importante destacar que o peculato envolve a **apropriação ou desvio** de recursos públicos, caracterizando-se pela violação da confiança depositada no agente público. Esse delito pode assumir diversas formas, como o desvio de dinheiro público, uso indevido de bens materiais ou mesmo o recebimento de vantagens ilícitas.

## Principais características do peculato

- **Agente público:** Apenas servidores ou pessoas investidas em função pública podem cometer o delito.
- **Materialidade:** Refere-se à posse ou administração de valores ou bens públicos que são desviados ou apropriados.
- **Elemento subjetivo:** A intenção de se apropriar ou desviar bens públicos, ou ainda agir com negligência que cause dano.
- **Prejuízo ao erário:** O dano financeiro causado à administração pública é fundamental para a configuração do crime.
- **Tipos diversos:** O crime pode ser praticado em várias modalidades, como peculato-desvio, peculato-apropriação, peculato mediante fraude e peculato culposo.

Entender essas características ajuda a identificar e diferenciar o peculato de outros crimes envolvendo o serviço público, garantindo maior clareza sobre sua gravidade e incidência no sistema jurídico.

# Como o peculato é tipificado na legislação brasileira




O **peculato** está previsto no Código Penal brasileiro, especificamente no artigo 312. Esse artigo define o crime como a apropriação ou desvio de dinheiro, valor ou qualquer bem móvel que o funcionário público tenha a posse em razão do cargo.

## Tipificação Legal

De acordo com o artigo 312, o crime pode ser punido com reclusão de 2 a 12 anos, além de multa. Importa destacar que a pena varia conforme a forma e a gravidade do delito.

Há ainda variações do crime de peculato previstas em outros dispositivos, como:

- **Peculato culposo** (artigo 312, parágrafo único): quando o funcionário público causa o prejuízo sem intenção, por imprudência, negligência ou imperícia.
- **Peculato mediante fraude**: ocorre quando há fraude para apropriar-se dos bens públicos, aumentando a gravidade

do delito.
- **Peculato-desvio**: quando o bem público é desviado para uso próprio ou de terceiros.

Além disso, o artigo 313 e seguintes tratam de crimes conexos que envolvem a administração pública.

Essas regras reforçam o compromisso do sistema jurídico em combater a corrupção e proteger o patrimônio público contra atos ilícitos cometidos por agentes públicos.

# Exemplos reais e situações comuns de peculato

O **peculato** pode ocorrer em diversas situações no serviço público, sempre envolvendo a apropriação ou desvio indevido de recursos ou bens públicos para benefício pessoal ou de terceiros.

## Exemplos comuns de peculato

- **Desvio de verbas públicas:** Funcionários que desviam dinheiro destinado a serviços públicos, como saúde ou educação, utilizando para fins pessoais.
- **Apropriação de materiais e equipamentos:** Servidores que subtraem ou utilizam bens públicos, como equipamentos, veículos ou materiais, para uso particular.
- **Falsificação de documentos:** Manipulação de registros ou notas fiscais para justificar a apropriação indevida de recursos ou bens.
- **Fraude em licitações:** Participação em esquemas fraudulentos para desviar dinheiro público através de contratos superfaturados ou inexistentes.
- **Uso indevido de valores recebidos:** Em casos onde servidores recebem valores para pagar contas públicas ou fornecedores e usam para outras finalidades.

Esses exemplos ilustram como o crime pode se manifestar e a importância de mecanismos de controle e fiscalização para prevenir o peculato. Muitas vezes, essas práticas geram prejuízos consideráveis ao erário e minam a confiança da população na administração pública.

# Consequências legais e penalidades previstas



O **peculato** é um crime grave que acarreta várias consequências legais para o agente público que o pratica. A legislação brasileira prevê penas severas para quem comete esse delito, visando desestimular práticas ilícitas na administração pública.

## Penas previstas para o peculato

De acordo com o artigo 312 do Código Penal, a pena para o peculato é de **reclusão de 2 a 12 anos** e multa. A variação na

duração da pena depende da forma de cometimento e das circunstâncias do crime.

Quando o peculato é culposo, ou seja, sem intenção direta, a pena pode ser menor, mas ainda há punição prevista para quem age com negligência, imprudência ou imperícia.

## Outras consequências legais

- **Perda do cargo público:** O servidor condenado em ação penal por peculato geralmente sofre a cassação do cargo ou demissão.
- **Reparação do dano:** O agente pode ser obrigado a ressarcir financeiramente o prejuízo causado ao erário.
- **Registro criminal:** A condenação em crime de peculato gera antecedentes criminais, afetando a vida profissional e pessoal do condenado.

A gravidade das penalidades reforça a necessidade de integridade no serviço público e o combate efetivo à corrupção e desvio de recursos públicos.

# Diferenças entre peculato e outros crimes contra a administração pública

Embora o **peculato** seja um crime contra a administração pública, existem outros delitos que também atingem esse setor, mas com características e elementos próprios que os diferenciam.

## Peculato x Corrupção

O peculato envolve a apropriação ou desvio de bens públicos pelo funcionário, enquanto a corrupção frequentemente envolve o recebimento de vantagens indevidas para a prática ou abstenção de atos relacionados ao cargo, como o suborno.

## Peculato x Concussão

Na concussão, o servidor público exige, direta ou indiretamente, vantagem indevida, utilizando-se da força do cargo, já o peculato é a apropriação ou desvio de bens em posse do agente.

## Peculato x Fraude em Licitações

A fraude em licitações consiste em manipular processos para favorecer certas empresas, enquanto o peculato refere-se ao desvio direto dos bens ou valores públicos pelo agente.

**Outros crimes** como o abuso de autoridade ou o recebimento de propina também têm distinções claras em relação ao peculato, principalmente quanto ao objeto material e à forma de atuação do agente.

Essa diferenciação é importante para a correta aplicação da lei e para garantir que cada delito seja tratado conforme sua especificidade, garantindo eficácia no combate à corrupção e preservação do patrimônio público.

# Entendendo o crime de peculato

O peculato é um delito sério que compromete a confiança e a integridade na administração pública. Conhecer suas características, tipificação e diferenças em relação a outros crimes ajuda a identificar e combater práticas ilícitas.

As penalidades previstas reforçam a importância do respeito aos recursos públicos e da atuação ética dos servidores. Por isso, manter o controle, a transparência e a fiscalização é fundamental para proteger o patrimônio público e garantir uma gestão responsável.

Assim, compreender o que é o crime de peculato contribui para uma sociedade mais justa e consciente dos seus direitos e

deveres diante da administração pública.

# FAQ – Perguntas frequentes sobre o crime de peculato

## O que caracteriza o crime de peculato?

Peculato é o crime praticado por um funcionário público que se apropria ou desvia bens ou valores públicos que estão sob sua guarda em razão do cargo.

## Quem pode ser responsabilizado por peculato?

Somente agentes públicos, como servidores e pessoas investidas em função pública, podem ser responsabilizados pelo crime de peculato.

## Quais são as penas previstas para o peculato?

O peculato pode ser punido com reclusão de 2 a 12 anos, além de multa, dependendo da forma e gravidade do crime.

## Como o peculato difere da corrupção?

O peculato refere-se ao desvio ou apropriação de bens públicos, enquanto a corrupção envolve o recebimento de vantagens indevidas para atos relacionados ao cargo.

## Quais são exemplos comuns de peculato?

Desvio de verbas públicas, apropriação de materiais, falsificação de documentos e uso indevido de valores recebidos são exemplos comuns de peculato.

## Quais consequências legais o agente público pode sofrer?

Além da pena de prisão, o agente pode perder o cargo público, ser obrigado a reparar o dano e ter registro criminal.

Fale com um especialista